

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coarano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

A grande virtude desse espetáculo circense

No momento em que redigíamos este editorial o espetáculo circense montado pelo PMDB em Brasília ainda não tinha terminado. Na realidade, apesar do adiantado da hora e do fato da "sessão" ter sido oficialmente iniciada no sábado, ainda estávamos na apresentação da companhia, que desfilava festiva e ruidosamente pelo picadeiro sem que os artistas principais sequer se preparassem para exibir os seus esperados números. Mas nada disso impede que se faça uma primeira análise disso que se pretendia que fosse uma Convenção Nacional. Pelo contrário, se a situação no final do segundo e último dia do espetáculo do maior partido do Ocidente era essa, já se podia fazer um diagnóstico independentemente das decisões que viessem a ser tomadas depois.

Pode-se, por exemplo, afirmar que o espetáculo circense serviu apenas para confirmar que o PMDB é hoje a expressão máxima do oportunismo e do fisiologismo que caracterizam a vida política desta anêmica Nova República.

Para começar, este encontro chegou com um atraso de alguns anos, talvez mais de uma década. Com 22 anos de existência — depois de alguns momentos de brio e coragem durante o período ditatorial —, o PMDB já chegou a postos importantes do Poder Executivo, nos governos estaduais desde 1982, e está no governo federal desde 1985, depois de capitanear uma campanha por eleições presidenciais diretas com muitas promessas de mudanças nos comportamentos políticos e administrativos brasileiros. Promessas essas que foram reiteradas nos palanques eleitorais no ano passado. Além do mais, a Assembléia Nacional Constituinte, de tranqüila maioria peemedebista, já está funcionando há mais de seis meses, período em que realizou várias votações e produziu um projeto de Constituição que já está sendo discutido pelo plenário da Constituinte.

Pois bem, um partido com todo este currículo, que enfelxa nas mãos a responsabilidade de governar 22 dos 23 Estados da Federação, que é — ou deveria ser — a força preponderante na aliança de apoio ao governo federal e que, sozinho, tem o poder de escrever a nova Constituição brasileira, vem a público confessar que não tem posições definidas sobre alguns dos temas mais cruciais da atualidade política e econômica do País. A direção peemedebista confessa, deslavadamente, que conduz o partido e toma decisões sem conhecer perfeitamente as convicções e as aspirações de seus filiados.

Pois não é de outra coisa que se trata na pesquisa que a direção peemedebista mandou fazer entre os 728 convencionais da legenda reunidos em Brasília. Só agora, quando a Constituinte já produziu um texto de Constituição executado por todas as pessoas lúcidas e racionais deste país — um monstro gerado por relatores escolhidos pela liderança peemedebista por critérios unicamente ideológicos —, o PMDB está procurando saber o que pensam suas bases a respeito de temas polêmicos como a reforma agrária, princípios gerais de economia, empresa nacional, reserva de mercado, capital estrangeiro, questão urbana, ensino público e comunicações. Sem contar, naturalmente, as questões sobre a duração do mandato presidencial e o sistema de governo a ser adotado no País.

Para completar este quadro de irresponsabilidade generalizada, descobriu-se também na semana passada que o multipresidente Ulysses Guimarães, diante da insatisfação geral com o texto do projeto constitucional que saiu da Comissão de Sistematização, resolveu encomendar à Ordem dos Advogados do Brasil um outro projeto de Constituição para servir de base às mudanças que fatalmente terão de ser feitas no calhamaço "grampeado" pelo deputado Bernardo Cabral, numa confissão pública de que a Constituinte, até aqui, não passou de uma grande, cara e perigosa brincadeira.

Desde o ano passado vimos afirmando em nossos editoriais que o PMDB é o autor do maior estelionato eleitoral da história política do Brasil: ganhou uma eleição através do grande engodo que foi o Plano Cruzado, cujo retumbante fracasso ele escondeu até passar o 15 de novembro. Pelo que vimos agora, podemos dizer que a violência foi muito maior: há anos o PMDB vem mentindo descaradamente para a população brasileira, pregando mudanças nas políticas governamentais e defendendo pontos de vista que ninguém sabe se a imensa legião de peemedebistas — hoje minguando a olhos vistos — abraça realmente. Há poucos dias, quando esteve na Câmara para expor seu programa econômico, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, lembrou que o programa do partido não pode ser considerado uma Bíblia. Acharmos — e o PMDB acaba de comprovar mais uma vez isto — que o ministro foi extremamente descendente: este programa partidário não tem a menor validade, é apenas uma dissertação protocolar elaborada para cumprir uma exigência da legislação.

O PMDB não é — e já vimos que não será nunca — um partido político na verdadeira acepção do termo: um instrumento que uma parcela da sociedade, que comunga das mesmas aspirações e defende os mesmos princípios, usa para manifestar e lutar por suas idéias e interesses. De uma frente política — justificável quando havia um inimigo comum para combater, que era o regime autoritário — o PMDB transformou-se numa grande cooperativa eleitoral, na qual as pessoas estão juntas apenas para melhor poderem enganar o eleitorado e garantir os votos que lhes permitirão continuar usufruindo dos privilégios de quem é governo em nosso país. A falta de caráter peemedebista é tão acentuada que a sua maioria pretende continuar, indefinidamente, participando da cornucópia governamental e, ao mesmo tempo, mantendo uma posição de crítica ao governo quando isto for conveniente e puder render dividendos eleitorais.

O happening deste fim de semana em Brasília foi apenas mais um episódio deste processo — irreversível — de deterioração moral do PMDB. Já dissemos que os resultados das votações realizadas ontem não importam; e não importam mesmo. Só o extraordinário esforço, pela cúpula do partido, com a ajuda de ministros e governadores, para evitar que o PMDB — que foi convocado especialmente para isto — tomasse uma decisão a respeito do tempo de duração do mandato do presidente José Sarney (até o momento em que redigíamos este editorial não sabíamos se com ou sem êxito) já é mais do que suficiente para mostrar a ambivalência peemedebista. Suas lideranças não queriam votar os cinco anos com medo de desagradar a maioria do eleitorado e temiam votar pelos quatro anos para não contrariar o presidente Sarney, que é afinal quem tem a chave do cofre e a caneta para fazer as nomeações.

Mas a população não se engana mais. O PMDB já não pode sair às ruas sem correr o risco de ser apedrejado. Como disse, num rasgo de sinceridade, um dos oradores na convenção, aquele era um dos poucos lugares onde os peemedebistas podiam falar em público sem serem escorraçados. A população não tomou conhecimento desta convenção porque viu perfeitamente que nada do que se discutia ali visava os interesses maiores de Brasil. No momento, o que deseja o povo brasileiro é que o Plano Bressor dê certo, com ou sem FMI, com ou sem medidas ortodoxas — porque sabe que só assim sua vida começará realmente a melhorar. A população brasileira já sentiu que, se depender das ambições pessoais dos numerosos presidentáveis peemedebistas ou do ranço ideológico de parcelas minoritárias do partido, o Brasil jamais chegará a ser uma Nação plenamente desenvolvida.

Felizmente o que esta "convenção" provou é que o novo maior partido do Ocidente está tão morto como o seu antecessor (o PDS). Não tem mais nenhuma contribuição a dar nesta fase da política brasileira.

A grande virtude desse espetáculo de baixo nível que foi a "convenção" — seja qual for o resultado das votações — é a de ter demonstrado que o sr. José Sarney não tem de ter medo de nada, se quiser realmente ser o

presidente deste Brasil que não tomou conhecimento dela (da "convenção"). Pode, até mesmo, se tiver capacidade para tanto, governar tendo em vista exclusivamente os verdadeiros interesses do País.